

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS
ADM: 2025/2028

ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 015/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 001/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

VIGENCIA 12 MESES

ÓRGÃO GERENCIADOR: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS – TO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cruzeiro do Sul nº 705, Centro, Tocantinópolis/TO, inscrito no CNPJ nº , **neste ato representado por sua Gestora, Sra.**

DETENTORA DA ATA e a empresa **_____******, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026 e das cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata decorre do Pregão Eletrônico nº 001/2026, realizado nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, demais normas aplicáveis e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD)** para confecção de próteses dentárias removíveis, totais e parciais, superiores (maxilares) e inferiores (mandibulares), destinadas aos usuários do SUS, atendidos pela rede municipal de saúde bucal do Município de Tocantinópolis/TO, conforme especificações constantes no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados, especificações e quantitativos encontram-se discriminados no **Anexo I desta Ata**, sendo fixos e irrevogáveis durante a vigência, ressalvada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS
ADM: 2025/2028**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, desde que comprovada a vantagem econômica, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA NÃO OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO

A assinatura da presente Ata **não obriga o Órgão Gerenciador** a contratar, sendo assegurado o direito de contratação conforme a necessidade, conveniência e oportunidade da Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A execução dos serviços ocorrerá **mediante emissão de Ordem de Serviço**, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. A moldagem, testes, entrega, ajustes e acompanhamento das próteses serão realizados por **profissional legalmente habilitado indicado pela fornecedora**, em unidade de saúde definida pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.3. As próteses deverão ser confeccionadas com **materiais de primeira linha**, em conformidade com normas da ANVISA e do Ministério da Saúde.

6.4. O prazo máximo para entrega será de **até 05 (cinco) dias corridos**, contados da moldagem, salvo justificativa aceita pela Administração.

6.5. Todas as despesas com materiais, insumos, transporte, encargos e mão de obra correrão por conta exclusiva da fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução decorrente desta Ata será acompanhada e fiscalizada por **servidor designado**, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, cabendo-lhe atestar a execução e comunicar irregularidades.

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **servidor público formalmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde**, que atuará como **fiscal do contrato**, nos termos do **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, sem prejuízo da atuação da gestão do contrato.

**ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS
ADM: 2025/2028**

7.2. Compete ao fiscal do contrato acompanhar, controlar e verificar a correta execução dos serviços, especialmente quanto:

- a) Ao cumprimento das especificações técnicas e dos padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e no contrato;
- b) Ao atendimento dos prazos de execução e entrega das próteses;
- c) A conformidade dos materiais utilizados, exigindo-se o uso de produtos de primeira linha e devidamente regularizados junto aos órgãos competentes;
- d) A observância das normas sanitárias, técnicas e de biossegurança aplicáveis;
- e) ao registro formal de ocorrências, irregularidades ou inconformidades verificadas durante a execução contratual.

7.3. Caberá ao fiscal do contrato **atestar a execução dos serviços**, para fins de liquidação da despesa e pagamento, bem como **comunicar formalmente à autoridade competente** eventuais falhas, descumprimentos contratuais ou necessidade de aplicação de penalidades, propondo as medidas corretivas cabíveis.

7.4. A fiscalização exercida pela Administração **não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada**, inclusive quanto a danos causados a terceiros ou à própria Administração, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, conforme disposto no **art. 120 da Lei nº 14.133/2021**

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8.2. Os pagamentos serão proporcionais aos serviços efetivamente executados.

8.3 . As despesas correrão à conta da seguinte dotação:

- **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39
- **Fonte:** 1.600.0000.00000
- **Ação:** 13.10.10.301.0002.2.074 – Manutenção do Programa Saúde Bucal

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento das obrigações assumidas no presente contrato **por qualquer das partes** ensejará a adoção das medidas administrativas, legais e contratuais cabíveis, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

**ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS
ADM: 2025/2028**

9.2. No caso de **inadimplemento, total ou parcial, por parte da contratada**, esta ficará sujeita às **sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades contratuais, da reparação dos danos causados à Administração e das demais responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

9.3. A **Administração Pública**, por sua vez, deverá cumprir rigorosamente as obrigações contratuais que lhe competem, especialmente quanto ao pagamento nos prazos estabelecidos, à disponibilização das condições necessárias à execução do objeto e à observância das normas legais e contratuais aplicáveis, sob pena de responsabilização dos agentes públicos envolvidos, nos termos da legislação vigente.

9.4. A aplicação das sanções observará procedimento administrativo regular, com **prévia notificação**, concessão de prazo para manifestação, análise das justificativas apresentadas e decisão devidamente motivada pela autoridade competente, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O registro poderá ser cancelado:

- I – por iniciativa da Administração, por interesse público;
- II – por descumprimento das condições da Ata;
- III – por solicitação da fornecedora, devidamente justificada;
- IV – nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PERMISSÃO À ADESÃO

10.1. Fica **permitida a adesão à Ata de Registro de Preços**, dela decorrente, por **órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame**, desde que comprovada a vantagem para a Administração e observadas as disposições do **art. 86, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a regulamentação vigente.

10.2. A adesão somente poderá ocorrer **mediante prévia autorização do órgão gerenciador**, anuência formal da contratada e desde que não haja prejuízo às obrigações assumidas com os órgãos participantes e ao quantitativo inicialmente registrado.

10.3. Os órgãos ou entidades aderentes deverão formalizar suas contratações diretamente com a fornecedora registrada, assumindo integral responsabilidade pela gestão, fiscalização, execução contratual e pagamentos decorrentes da adesão.

10.4. As adesões deverão respeitar os limites quantitativos previstos na legislação aplicável e não poderão extrapolar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS
ADM: 2025/2028

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o **Foro da Comarca de Tocantinópolis/TO**, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Ata.

E, por estarem de acordo, assinam a presente Ata.

Tocantinópolis/TO, ____ de _____ de 2026.

MARIA DA CONCEICAO
MARINHO DE FARIAS
REGO:30677076134

Assinado de forma digital
por MARIA DA CONCEICAO
MARINHO DE FARIAS
REGO:30677076134

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS - TO
CNPJ Nº. XXXXXXXXXXXXXXXX
ORGÃO GERENCIADOR

EMPRESA / PESSOA
CNPJ / CPF
DETENTORA DA ATA